

A Geopolítica das Relações entre a Federação Russa e os EUA: da “Cooperação” ao Conflito*

Numa Mazat**

Franklin Serrano***

Resumo: Este artigo discute a evolução das relações entre a Federação Russa, que nasceu do colapso da URSS em 1991, e os Estados Unidos. Será mostrado como estas relações evoluíram de tal forma que atualmente existe forte conflito de interesses entre a Rússia e os EUA. O artigo começa com uma curta seção onde é contextualizada a situação estrutural do sistema de poder mundial na qual surgiu a nova Federação Russa, situação caracterizada por uma assimetria sem precedentes históricos entre o poder dos EUA em diversas dimensões e o de todos os demais países do mundo. Em seguida, será mostrado como inicialmente a Rússia tentou seguir uma estratégia de “cooperação” com os EUA a despeito das evidências crescentes de que o objetivo do Ocidente era o enfraquecimento e a subordinação da Rússia. Em seguida será exposta a gradual mudança de postura do Estado Russo nos anos 2000 com a adoção de uma estratégia geopolítica defensiva em relação aos objetivos dos EUA. Uma última seção trata brevemente das reações ocidentais a esta mudança de postura da Rússia e discute as perspectivas atuais.

Palavras-chave: Rússia, Estados Unidos, cooperação, conflito, geopolítica.

Abstract: This article discusses the evolution of relations between the Russian Federation, which was born of the collapse of the USSR in 1991, and the United States. We argue that these relations have evolved so that there is today a strong conflict of interests between Russia and the U.S. The paper begins with a short section where the structural situation of the world power system in which the new Russian Federation emerged is contextualized. This situation is characterized by an enormous and unprecedented asymmetry between the power of the U.S. and that of all other countries in the world in various dimensions. Then, we show how Russia initially sought to follow a strategy of "cooperation" with the U.S. despite the growing evidence that the objective of the West was the weakening and the subordination of the Russian State. Next, we expose the gradual change of attitude of the Russian State in the 2000s with the adoption of a defensive geopolitical strategy in reaction to U.S. goals. A final section deals briefly with the Western reactions to this change of attitude of Russia and discusses current perspectives.

Key words: Russia, United States, cooperation, conflict, geopolitics.

I. Introdução

O colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991 pôs um termo à Guerra Fria, período caracterizado por fortes tensões entre o mundo ocidental dominado pelos Estados

* Os autores agradecem a Márcio Henrique Castro, a Carlos Medeiros e Carlos Pinkusfeld, do IE-UFRJ, a Renata Summa, do IRI/PUC-RJ e a Andre Gustavo de Miranda Pineli Alves, do IPEA, por seus comentários e suas sugestões. O resultado é da inteira responsabilidade dos autores.

** Professor temporário do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail: numamazat@yahoo.fr.

*** Professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e bolsista do PNPd do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). E-mail: franklinserrano@gmail.com.

Unidos e o bloco socialista liderado pela URSS. Esta deu lugar a 15 estados independentes, no meio dos quais figurava a Rússia. Mesmo sendo o maior desses novos países, a Rússia só representa dois terços do território da ex-URSS e metade de sua população. A Rússia conseguiu obter a cadeira permanente ocupada pela URSS no Conselho de Segurança da ONU e conservar o controle exclusivo do antigo arsenal nuclear soviético. Mas depois que a URSS sob Gorbachev abdicou unilateralmente de todas suas pretensões de disputar o poder mundial como superpotência, num primeiro momento a nova Federação Russa correu o risco de perder até seu status de potência regional.

Neste novo contexto, as relações entre a Rússia e os Estados Unidos da América (EUA) mudaram bastante em relação ao que podia ser observado durante a Guerra Fria. Nas duas últimas décadas, essas relações conheceram uma trajetória conturbada, principalmente ligada às mudanças internas da própria Rússia. Assim, aparece claramente uma primeira fase, que corresponde aos anos 1990 e à presidência de Boris Ieltsin, quando a Rússia, extremamente enfraquecida por seu processo de transição do socialismo para o capitalismo, adotou uma política externa pró-ocidental de “cooperação” com os EUA. Essa tentativa de aproximação do Ocidente foi usada pelos Estados Unidos para enfraquecer sistematicamente o poder do Estado russo. A Europa¹, também, como aliada subordinada dos norte-americanos, participou deste processo que lhe permitia reduzir o perigo potencial que a Rússia poderia vir a representar para sua própria segurança.

A chegada de Vladimir Putin ao poder, em conjunto com a recuperação econômica levou ao abandono da estratégia de “colaboração” e a uma tentativa de recuperação do poder do Estado russo e consolidação de seu papel de potência regional ao longo dos anos 2000. Naturalmente, esta mudança de estratégia foi acompanhada por um retorno das tensões nas relações entre a Rússia e os Estados Unidos, que também naturalmente mantêm suas tentativas de enfraquecimento do poder russo. Da mesma maneira, houve uma evolução das relações com os países europeus, mas de forma mais complexa, devido à interdependência econômica crescente entre a Europa e a Rússia, principalmente (mas não apenas) no setor energético.

Este artigo discute a evolução das relações entre a nova Federação Russa e os Estados Unidos. Mostraremos como estas relações evoluíram de tal forma que atualmente existe forte conflito de interesses com relação aos EUA. O artigo está organizado da seguinte forma. Começaremos com uma curta seção onde contextualizamos a situação estrutural do sistema de poder mundial no qual surgiu a nova Federação Russa, situação caracterizada por uma assimetria

¹ Por “Europa” estamos nos referindo, salvo aviso explícito do contrário, aos países que são simultaneamente da União Européia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Da mesma forma, “Ocidente” ou “Occidental” significa aqui EUA+OTAN+UE.

sem precedentes históricos entre o poder dos EUA (em diversas dimensões) e o de todos os demais países do mundo (seção II). A seguir mostramos como inicialmente a Rússia tenta adotar uma estratégia de “cooperação” com os EUA a despeito das evidências crescentes de que o objetivo do Ocidente era o enfraquecimento e a subordinação da Rússia (seção III). Em seguida tratamos da gradual mudança de postura do Estado russo nos anos 2000 com a adoção de uma estratégia geopolítica defensiva em relação aos objetivos dos EUA (seção IV). Uma última seção trata brevemente das reações ocidentais a esta mudança de postura da Rússia e discute as perspectivas atuais (seção V).

II. Estrutura e estratégia: a posição da Rússia na geopolítica do mundo assimétrico pós-guerra fria

Para entender a situação com que se defronta a Rússia hoje é necessário compreender as linhas gerais da estratégia geopolítica americana depois do fim da Guerra Fria. E esta estratégia parte de uma situação concreta estrutural específica. A situação estrutural é a de uma imensa assimetria entre o poder militar e tecnológico (militar e civil) (MEDEIROS, 2004; RUTTAN, 2006) dos EUA em relação a todos os demais países do mundo. Esta superioridade militar e tecnológica foi a base sobre a qual se sustentou a construção da liderança monetária dos EUA no padrão dólar flexível, onde a moeda nacional americana é aceita como pagamento de todas as obrigações comerciais e financeiras externas dos EUA (SERRANO, 2004, 2008). E foi a partir da liderança americana em termos do sistema monetário internacional que se constituiu e consolidou a posição de liderança dos EUA no sistema financeiro internacional. Concretamente, isso significa, por exemplo, que a liberalização financeira externa em geral enfraquece a capacidade de executar políticas econômicas autônomas em *n menos um* países, mas não nos EUA.

Nesta situação inusitada de forte assimetria de poder militar e econômico entre os EUA e o resto do mundo, com o fim da Guerra Fria e o colapso da URSS, a estratégia geopolítica americana desde 1991 está explicitamente calcada em dois aspectos considerados prioritários.

Em primeiro lugar, na ausência de uma potência rival a nível global, a prioridade da estratégia do Estado americano mudou para o enfraquecimento do poder dos países que aspiram ser potências regionais, especialmente (mas não apenas) aqueles que dispõem de armas nucleares (FIORI, 2004). O outro objetivo central da estratégia geopolítica americana é a tentativa de manter o controle do acesso às principais reservas mundiais de recursos energéticos. Este ponto, embora evidente nos atos concretos do Estado Americano, tem sido pouco compreendido. Pois a questão central aqui não é primordialmente a garantia das rotas do abastecimento energético dos EUA, mas

sim a manutenção de capacidade estratégica de vetar, se e quando necessário, o abastecimento dos outros países importantes, sejam eles “aliados” ou rivais.

Se o objetivo da estratégia fosse apenas a garantia do abastecimento americano fica difícil entender a forte presença militar americana no Oriente Médio, por exemplo, pois em princípio os EUA poderiam se abastecer plenamente com recursos energéticos oriundos apenas das Américas (Canadá, México, Venezuela, etc.) e/ou África². Da mesma forma, os EUA praticamente não importam gás natural da Rússia e/ou da Eurásia, o que tornaria difícil entender o interesse americano na região, se o objetivo fosse apenas a segurança energética da economia americana.

Esta estratégia geopolítica tem por objetivo manter a posição de liderança dos EUA no sistema mundial e ao mesmo tempo combina bem com os interesses econômicos gerais do complexo industrial militar (HOSSEIN-ZADEH, 2007) e do setor financeiro, que são os que têm maior influência nas decisões do Estado Americano, e explica em boa parte o militarismo e a agressividade da diplomacia americana.

No entanto, nem o Estado nem o capitalismo americano são monolíticos e existe um elemento que, se não elimina esta orientação geral, tende a moderá-la substancialmente, que é a presença de fortes complementaridades entre os interesses nacionais de alguns outros países e os interesses econômicos específicos de empresas produtivas ou financeiras americanas³.

Esta contradição em relação a interesses econômicos específicos aparece da mesma forma nos países aliados ou os alinhados a esta estratégia geral dos EUA⁴.

Apesar das qualificações acima, é importante notar que esta estratégia geopolítica geral opera tanto em termos militares e diplomáticos como está presente de forma tácita como um viés pró-alinhamento automático com os EUA em diversos organismos ditos multilaterais (Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial e também a OTAN e União Européia) e, de forma menos óbvia, na orientação editorial das empresas globais de mídia e de uma parte das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Somente dentro deste quadro de referência é que podemos tentar entender a geopolítica da nova Federação Russa. Mesmo abrindo mão do sistema econômico e social socialista e de suas aspirações militares e estratégicas globais, a Rússia herda inevitavelmente o *status* de uma potência regional com forte capacidade nuclear. Ao mesmo tempo, na Rússia e em algumas das antigas

² Aqui estamos chamando atenção apenas para os aspectos estratégicos e geopolíticos. Sobre as relações entre os EUA e a Arábia Saudita no que diz respeito à regulação do preço internacional do petróleo e sua importância para a rentabilidade da importante indústria petrolífera dos EUA (SERRANO, 2004).

³ O economista Mikhail Kalecki dizia “os capitalistas fazem muitas coisas enquanto classe, mas não investem enquanto classe”.

⁴ Para uma visão diferente da nossa que não considera estas contradições entre interesses econômicos específicos e interesses políticos e econômicos gerais como fatores atenuantes, mas sim como parte de uma lógica própria do conflito interestatal, ver a obra de José Luis Fiori (2007a, 2008).

republicas Soviéticas se encontram grandes reservas de petróleo e as maiores reservas de gás natural do mundo, além de a Rússia ser um importante supridor de energia de diversos países importantes da Europa. Além disso, a Federação Russa tem muito pouco intercâmbio comercial com os EUA e relativamente pouco investimento direto americano em seu território, e mesmo em termos financeiros sempre esteve mais conectada e integrada à Europa do que aos EUA⁵.

Neste contexto, o que surpreende não são os conflitos mais recentes com os EUA e sim como pode ter durado tanto tempo na Rússia a idéia de que seria viável uma postura de colaboração pró-ocidental em vez de uma atitude defensiva frente à estratégia americana geral na região⁶.

III. Enfraquecimento do poder russo e a “cooperação” unilateral com o ocidente na era Ieltsin (1991-1999)

Os anos 1990 foram marcados na Rússia por um grande enfraquecimento do ponto de vista geopolítico, que refletiu externamente a perda de poder do Estado russo. Zbigniew Brzezinski, que foi assessor de segurança nacional do presidente americano Jimmy Carter, chegou a usar a expressão “buraco negro” para designar o espaço da ex-URSS (BRZEZINSKI, 1997, p. 87).

Aproveitando essa nova situação russa, os EUA perseguiram, ao longo dos anos 90, uma política de enfraquecimento sistemático da Rússia. Eles foram ajudados pela atitude pró-ocidental de Ieltsin que, até seu abandono do poder em 1999, defendeu a idéia de uma “integração virtuosa” da Rússia no mundo ocidental.

III.1 O mito da “integração virtuosa” da Rússia no sistema internacional.

A presidência de Boris Ieltsin foi marcada por uma surpreendente aparente “ingenuidade” da alta cúpula russa que dizia acreditar nas boas intenções dos dirigentes americanos e europeus. Essa “ingenuidade” foi firmemente mantida pelos dirigentes russos pelo menos até 1996, a despeito de seus resultados catastróficos em termos geopolíticos para a Rússia. O presidente Ieltsin não cansava de repetir que a Rússia e os EUA tinham muitos interesses em comum. No seu discurso de 31 de janeiro de 1992 no Conselho de Segurança da ONU, Ieltsin declarava que a Rússia “considera os

⁵ As importações aos EUA só representavam 2,8 % (US\$ 5 bilhões) das importações da Rússia em 2010 enquanto as exportações para os Estados Unidos correspondiam a 6% (US\$ 18 bilhões) do total das exportações russas (COMISSÃO EUROPEIA, 2011).

⁶ Note que a China tem muito mais interesses econômicos complementares com empresas americanas e é, sob diversos aspectos estratégicos e geopolíticos, muito mais vulnerável do que a Rússia, particularmente em termos de segurança energética e potencial tecnológico militar e nuclear. As pressões da diplomacia americana contra a China nos últimos 20 anos têm sido bem menos fortes e agressivas do que as contra a Rússia, mas mesmo assim o governo chinês evidentemente jamais cogitou uma postura de “cooperação” com os EUA nas linhas de Gorbachev ou Ieltsin e sempre impôs limites às tentativas de enfraquecimento do Estado Chinês.

EUA e os outros países ocidentais não somente como parceiros, mas, também, como aliados” (FAWN, 2003, p. 13).

Como será mostrado adiante, os protestos diplomáticos da Rússia contra os projetos de alargamento da OTAN a países da esfera de influência da ex-União Soviética, quebrando promesas anteriores de que isso não ocorreria não surtiram nenhum efeito. Curiosamente, isso não impediu os dirigentes russos de continuarem manifestando um grande entusiasmo em relação à construção de relações fortes com o Ocidente até 1996. E a rigor mantiveram esta política de “cooperação” unilateral e sem contrapartidas com os EUA e a Europa até 1999.

A chegada de Yevgueny Primakov ao cargo de ministro das relações exteriores em 1996 de fato marcou uma pequena inflexão na política externa que, contudo, não se traduziu em uma mudança na situação geopolítica difícil da Rússia. Assim, Primakov tentou impor uma mudança na relação diplomática da Rússia com os EUA, passando de um apoio incondicional a uma afirmação maior dos interesses nacionais russos. Primakov defendia a idéia de uma retomada da influência na área da ex-União Soviética e tentou uma aproximação com a China e a Índia para contrabalançar a influência internacional dos EUA.

No entanto, essas tentativas foram muito tímidas e Primakov não conseguiu frear as ambições expansionistas dos EUA e dos seus aliados europeus. Apesar de sua oposição ao avanço da OTAN na Europa Central e do Leste, Primakov acabou assinando em Paris, em 27 de maio de 1997, o “Ato Fundador”. Este documento estabelecia que “a OTAN e a Rússia não se consideram mais adversários” e se comprometiam a “contruir juntos uma paz duradoura e exclusiva na região euro-atlântica” através de “uma parceria forte e duradoura” (ROUBINSKI, 1997). Assinando o “Ato Fundador”, a Rússia de Ieltsin admitia a entrada na OTAN de países da antiga esfera de influência soviética como a Polônia, a Hungria e a República Tcheca. Ieltsin tentou minimizar as consequências dessa decisão exprimindo no próprio discurso da cerimônia de assinatura do “Ato Fundador” seu desejo de um compromisso formal da OTAN para que armas nucleares não fossem implantadas nos seus novos estados membros da Europa Central e Oriental. Este desejo russo não foi respeitado pelos EUA e a OTAN e, além disso, começaram os planos para implementar um escudo antimíssil nesta ex-zona de controle soviético (LO, 2002, p. 105). O “Ato Fundador” foi corretamente interpretado na época como mais um sucesso dos EUA e da OTAN na sua estratégia de enfraquecimento da Rússia.

III.2 O colapso econômico russo dos anos 1990: a participação dos EUA

No campo da economia, Ieltsin introduziu depois de 1991 a chamada “Terapia de Choque” para estabelecer rapidamente uma plena economia capitalista no país, elaborada em conjunto com

assessores econômicos estrangeiros que eram diretamente pagos pelo governo dos EUA. Tal “Terapia de Choque” não foi bem sucedida, sendo que o PIB da Rússia caiu pela metade entre 1991 e 1998. Mas o que nos interessa enfatizar aqui é que os dirigentes russos esperavam obter, em troca de sua colaboração no estabelecimento acelerado de uma economia de mercado em seu país, uma vultosa ajuda externa americana e européia que lhe permitiria atenuar os efeitos sociais e econômicos da transição. Essa ajuda, no caso americano, nunca veio, e, no caso europeu e dos organismos internacionais como o FMI, foi extremamente limitada. Em primeiro lugar, como condicionalidade para obter novos créditos, a Rússia foi obrigada a assumir a dívida externa acumulada de todas as outras antigas repúblicas soviéticas. Além disso, o montante de novos empréstimos e ajuda externa foi tão limitado em relação ao serviço da dívida externa que na década de 1990 como um todo a Rússia pagou em termos líquidos mais dólares do que recebeu a estes credores oficiais (Treisman, 2010).

A política de abertura total e descontrolada da conta de capital fez com que setores estratégicos da economia russa fossem controlados direta ou indiretamente por empresas estrangeiras, principalmente européias. Além disso, a abertura permitiu uma grande fuga de capitais que, a despeito de a Rússia não ter tido déficit comercial em nenhum ano entre 1991 e 1998, levou a uma grande crise de dívida externa em 1998, quando o país foi forçado a suspender os pagamentos. Estas dificuldades de financiamento externo, em conjunto com a forte perda de arrecadação fiscal por conta da recessão e da desorganização geral da economia ao longo do processo de transição e privatizações ajudaram a enfraquecer o Estado e sua capacidade institucional. Esta estratégia de transição destruiu a economia e desorganizou o aparelho do Estado, o que se refletiu de diversas formas na posição de poder externo da Rússia.

III.3 O enfraquecimento militar

Com o fim da URSS e a repartição dos equipamentos e armas do Exército Vermelho entre os novos estados soberanos, a capacidade militar da Rússia já diminuiria mecanicamente em relação ao período soviético. Mas muito mais importante do que isso foram os grandes cortes no orçamento militar⁷. Da mesma forma, os recursos para a modernização e a compra de novos equipamentos militares foram cancelados em 1992. Na época, essa decisão foi justificada por Ieltsin pela necessidade de focar os gastos na economia civil que estava enfrentando grandes dificuldades.

⁷ O Exército russo passou de 3 milhões de homens em 1991, no momento da criação da Federação da Rússia, a 1,5 milhão em 1996 (DAUCE, 2001).

Além disso, Ieltsin considerava que a Rússia não precisava manter forças armadas tão poderosas no mundo *a priori* “pacífico” depois do fim da Guerra Fria.

Apesar desse quadro global negativo na questão militar, a Rússia conseguiu algumas conquistas. Primeiro, a de conseguir ser a única potência militar do espaço da ex-União Soviética. Todo o arsenal nuclear e estratégico da ex-URSS acabou sendo, então, controlado pela Rússia, que contou com o apoio dos EUA, preocupados com a proliferação de armas nucleares para as outras antigas repúblicas soviéticas. Desta forma, o país conseguiu pelo menos conservar seu status de potência nuclear e *a priori* sua capacidade de dissuasão. Vale observar que o governo de Ieltsin concentrou seus esforços orçamentários para o Exército na preservação parcial da capacidade das forças nucleares (ECKERT, 2004, p. 12).

Além disso, a Rússia conseguiu preservar, graças a Primakov, o uso da base naval de Sebastopol, localizada em território ucraniano, e essencial para o acesso da frota russa ao Mediterrâneo. Um acordo foi assinado com a Ucrânia em 1997, permitindo à Rússia usar por mais 20 anos suas instalações do Mar Negro. Esse tratado foi o resultado de duras negociações, sendo que a Rússia contestava a soberania ucraniana sobre Sebastopol e parte da Criméia. Conservar o controle de Sebastopol foi um sucesso da diplomacia russa, uma vez que a Ucrânia foi objeto de fortes pressões ocidentais para não aceitar o acordo com a Rússia (LIMONIER, 2010).

III.4 A estratégia de cerco norte-americana

A Rússia de Ieltsin se submeteu a quase todas as exigências formuladas pelos EUA e seus aliados. Assim, com o fim do Pacto de Varsóvia, a Rússia chama de volta suas tropas espalhadas na Europa Central e do Leste. O abandono desta tradicional zona de influência na Europa Central e do Leste foi imediatamente seguido de manobras americanas para integrar esses países na OTAN. Assim, a Polônia, a Hungria e a República Tcheca entraram na OTAN em 1999.

Da mesma forma, o acordo Báltico-EUA, assinado em 1998, ensejou a entrada da Letônia, da Estônia e da Lituânia na OTAN e na UE, sem que os próprios países europeus ou a Rússia tenham sido consultados. Era uma forma para os EUA de apertar o cerco em torno da Rússia e de impedir os russos de continuar a usar os terminais petroleiros da ex-União Soviética presentes nos Países Bálticos. Os EUA obrigavam, assim, a Rússia a desenvolver suas próprias instalações, sendo que ela não podia continuar exportando um produto tão estratégico quanto o petróleo via portos de países ligados à OTAN (COHEN, 2005).

A expansão da UE, programada e apoiada pelos EUA desde o início dos anos 90, era mais uma estratégia para cercar a Rússia. Essa estratégia planejada e explícita de integração dos países da

ex-União Soviética na OTAN e na União Europeia foi defendida por Zbigniew Brzezinski, que escrevia, já em 1997:

(...) O processo de alargamento da Europa e de ampliação do sistema de segurança transatlântico deve provavelmente avançar por etapas deliberadas. Supondo um compromisso forte dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, uma agenda teórica, mas, cautelosamente realista poderia ser a seguinte:

1. Em 1999, os primeiros membros da Europa Central terão sido admitidos na OTAN, mesmo se sua entrada na União Europeia não deve acontecer antes de 2002 ou 2003.
2. Durante este mesmo período, a União Europeia deve começar as negociações de adesão com as Repúblicas Bálticas. De forma concomitante, a OTAN começará a avançar sobre a questão da integração desses países e da Romênia que poderia ser efetiva em 2005. A algum momento deste processo, os outros estados balcânicos devem ser elegíveis.
3. A integração dos países bálticos pode levar a Suécia e a Finlândia a considerar sua candidatura à OTAN.
4. Em algum momento entre 2005 e 2010, a Ucrânia, especialmente se, no intervalo, o país tiver feito progressos significativos nas suas reformas internas e conseguido assumir de forma mais clara sua identidade centro-europeia, deveria estar pronta para iniciar negociações sérias com a União Europeia e a OTAN (BRZEZINSKI, 1997, p.84).

O objetivo era criar uma “zona tampão” controlada pelas países europeus, auxiliadas pelos EUA e pela OTAN. A assinatura pela Rússia do *Ato Fundador sobre as Relações, a Cooperação e a Segurança Mútuas* com a OTAN em maio de 1997 foi uma oficialização da fraqueza russa e da incapacidade do país de frear o avanço da aliança atlântica.

O bombardeio da Sérvia, país historicamente ligado aos russos, pelas tropas da OTAN em 1999, sem consulta ao Conselho de Segurança da ONU apareceu, então, como a última etapa de um processo de exclusão da Rússia das grandes decisões mundiais, mesmo no continente europeu. Os protestos russos contra a intervenção da OTAN no Kosovo e o bombardeio da Sérvia não adiantaram nada e a diplomacia russa atingiu o ápice de sua decadência (RUCKER, 2003).

A diplomacia russa, nos anos 1990, foi, então, incapaz de atingir seus dois supostos objetivos prioritários, que eram a constituição de um espaço de segurança na área da ex-União Soviética e o impedimento de qualquer alargamento da OTAN.

III.5 A política de enfraquecimento da posição russa na área energética

Na área energética, também, os Estados Unidos e a Europa promoveram uma série de iniciativas para enfraquecer a posição da Rússia e limitar a crescente dependência da Europa Ocidental em relação ao gás russo. Além disso, o Ocidente pretendia evitar que a Rússia obtivesse o monopólio da comercialização dos recursos energéticos da Ásia Central.

O esfacelamento da União Soviética deu lugar a 15 Estados independentes, ou seja, à proliferação do número de países por onde transitam os oleodutos e gasodutos transportando a produção russa. Assim, só na parte europeia da ex-União Soviética surgiram seis novos Estados (Ucrânia, Belarus, Moldávia e países bálticos), além da Rússia. Esse novo cenário complicou bastante a situação da Rússia, que tinha doravante que negociar com um grande número de países, os quais, como vimos, foram alvos de tentativas de aproximação em geral bem-sucedidas pelos Estados Unidos e pela Europa. Os Estados Unidos e seus aliados europeus conseguiram assim desenvolver nos anos 1990 novas rotas que transportassem o gás e o petróleo das antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central sem passar pelo território russo⁸. Era a concretização de uma estratégia antiga e explícita. Em 1997 Brzezinski escreve:

(...) O principal interesse dos Estados Unidos é garantir que nenhum poder único consiga controlar esse espaço geopolítico e que a comunidade global tenha um acesso econômico e financeiro irrestrito a essa área. O pluralismo geopolítico se tornará uma realidade duradoura somente quando uma rede de dutos e de estradas de transporte ligar a região diretamente aos maiores centros da atividade econômica global através dos mares Mediterrâneo e Árabe ou por via terrestre. Assim, os esforços russos para monopolizar o acesso a essa área precisam ser combatidos por serem contrários à estabilidade regional (BRZEZINSKI, 1997, p. 148-149).

A degradação da situação geopolítica da Rússia nos anos 90 e o papel que os Estados Unidos tiveram nesse processo foi sintetizada por Fiori (2007, p. 88):

(...) Quando se olha a década de 1990, do ponto de vista desse projeto imperial [dos Estados Unidos] e do seu expansionismo militar, muito antes dos ataques terroristas, compreende-se melhor a rapidez e as intenções geopolíticas da ocupação americana dos territórios fronteiriços da Rússia, que haviam estado sob influência soviética até 1991. O movimento de ocupação começou pelo Báltico, atravessou a Europa Central, a Ucrânia e a Bielorrússia, passou pela “pacificação” dos Bálcãs e chegou até a Ásia Central e o Paquistão, ampliando as fronteiras da OTAN, mesmo contra o voto dos europeus. Ao terminar a década, a distribuição geopolítica das novas bases militares norte-americanas não deixa dúvidas sobre a existência de um novo ‘cinturão sanitário’, separando a Alemanha da Rússia e a Rússia da China.

⁸ Nos anos 1990 foi possível concretizar os projetos BTE e BTC. O BTE (Baku-Tblissi-Erzurum) permitiu trazer para os mercados ocidentais o petróleo do Azerbaijão, sem passar pela Rússia. O BTC (Baku-Tblissi-Ceyhan) também chamado *South Caucasus Pipeline*, transporta o gás do Azerbaijão para a Turquia.

A chegada de Putin ao poder iria modificar radicalmente esse quadro geopolítico, até então muito desfavorável para a Rússia.

IV. A tentativa de reconstrução do poder da Rússia na era Putin (1999-)

A intervenção da OTAN na Sérvia em 1999, apesar da forte oposição da Rússia, foi percebida pela população russa e por seus dirigentes como uma ameaça para a segurança do país. O bombardeio da Sérvia mostrou de forma nítida o quanto a estratégia de cerco organizada pelos EUA e seus aliados, através do avanço programado da OTAN e da UE nas zonas antigamente controladas pela União Soviética, podia representar um perigo para a soberania da Rússia. Assim, nas eleições legislativas de dezembro de 1999, a questão da segurança internacional do país se tornou um dos principais temas de campanha. O Partido do então primeiro ministro Vladimir Putin venceu essas eleições prometendo uma mudança radical na inserção geopolítica da Rússia, que devia manter sua integridade territorial (ameaçada diretamente pelo terrorismo e pelo conflito na Chechênia), recuperar a soberania nacional e voltar a ser uma potência minimamente respeitada a nível internacional, capaz de proteger seus interesses e de garantir um certo controle sobre a antiga área soviética.

A chegada de Vladimir Putin à presidência interina da Rússia em 31 de dezembro de 1999, confirmada por sua eleição como presidente em 26 de março de 2000, marcou, então, o início da recuperação geopolítica da Rússia, cuja posição tinha sido muito enfraquecida durante a década de 1990. A presidência de Medvedev, iniciada em 2008, não representou nenhuma mudança em termos de opção geopolítica na medida em que Medvedev, mais do que um aliado fiel, é um seguidor de Putin. Apesar dos recorrentes boatos sem fundamentos sobre eventuais divergências entre os dois, na prática os fatos concretos são que: 1) Medvedev indicou Putin para primeiro-ministro assim que assumiu; 2) mais recentemente, indicou Putin como candidato à eleição para presidente em 2012; e 3) Putin então indicou Medvedev para ser o seu primeiro-ministro.

Além disso, o mais importante é que Putin (ou Putin-Medvedev) representa(m) a ascensão ao poder de uma ampla e sólida coalizão de interesses econômicos e políticos que se uniram quanto à necessidade de recompor as bases mínimas de operação de um Estado capitalista moderno que superasse a fase selvagem e predadora da “acumulação primitiva” na Federação Russa. A nova estratégia de afirmação geopolítica, segundo as explicações “psicologizantes” presentes em boa parte da literatura ocidental sobre o tema, seria o resultado de um suposto “revanchismo” russo, alimentado pelas múltiplas humilhações enfrentadas pela Rússia durante os anos 90. Nesse tipo de análise, “os russos agem por orgulho ferido. Impulsivos, emocionalmente instáveis, e muitas vezes

paranóicos, os russos atacam seus vizinhos numa tentativa de cauterizar as feridas da história recente e de reacender a chama perdida de sua antiga grandeza” (SHLEIFER & TREISMAN, 2011, p. 123).

Mas, como veremos, a decisão da Rússia de restaurar o seu poder regional é guiada por razões bem mais pragmáticas. A recuperação geopolítica da Rússia foi possível graças à “afirmação de um projeto nacionalista de recuperação do Estado russo” (MEDEIROS, 2011, p. 29) por parte de Putin. Aliás, Putin foi muito claro no seu famoso discurso pronunciado na 43ª Conferência de Munique sobre a Política de Segurança, em 2 de Outubro de 2007⁹.

IV.1 A colaboração da Rússia com os Estados Unidos e seus aliados no início da presidência de Putin.

No início de sua presidência, até 2003, Putin pareceu sinalizar a manutenção da política de cooperação com os Estados Unidos e os outros países ocidentais que tinha aplicado Boris Ieltsin. Assim, a Rússia ofereceu sua colaboração aos EUA na luta contra o terrorismo depois dos atentados do 11 de setembro de 2001. Os russos apoiaram a intervenção americana no Afeganistão e não se opuseram ao uso pelos norte-americanos e as tropas da coalizão de bases aéreas nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. O chefe da diplomacia russa, no final de 2002, observou que a chegada das tropas da coalizão internacional liderada pelos EUA no Afeganistão podia contribuir para atenuar as ameaças de desestabilização nas regiões meridionais do país. O presidente americano George W. Bush chegou a se referir à Rússia como um país aliado na luta contra o terrorismo islâmico (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2006, p. 23). A própria Rússia tinha, assim, interesse nessa iniciativa na medida em que, desde a desastrosa primeira guerra da Chechênia, em 1994, estava enfrentando um grande número de ataques terroristas por parte de grupos do Cáucaso do Norte. Em troca de seu apoio, a Rússia conseguiu que os movimentos independentistas chechenos fossem considerados terroristas, podendo realizar operações militares na Chechênia e no resto do Cáucaso russo sem enfrentar naquele momento protestos diplomáticos e tentativas

⁹ Wallerstein (2007) observa assim que “Putin começou por uma apreciação e uma crítica à política externa dos EUA. Chamou de ‘perniciosa’ a idéia de um mundo unipolar, não só para os outros, mas para a ‘própria soberania’. O modelo unipolar era não só ‘inaceitável, mas também impossível no mundo de hoje’. Falou do crescente desdém pelos princípios básicos da lei internacional, e disse que ‘primeiro, e acima de tudo, os EUA ultrapassaram as suas fronteiras nacionais de todas as formas.’ Disse que isto era ‘extremamente perigoso’. Insistiu que o uso da força só pode ser justificado se for ‘sancionado pela ONU’, e que não se pode ‘substituir a ONU pela OTAN ou pela União Europeia’. Advertiu especificamente contra a ‘militarização do espaço exterior’. Lembrou a todos do discurso do então secretário-geral da OTAN Manfred Woerner em 17 de Maio de 1990, no qual este deu à Rússia ‘uma firme garantia de segurança’ de que a OTAN não colocaria um exército da OTAN ‘fora do território da Alemanha’. Putin perguntou: ‘Onde estão estas garantias?’”.

internacionais de veto. A prioridade inicial do governo Putin foi a segunda guerra da Chêchenia e o combate ao terrorismo.

Além disso, a Rússia se aproximou diplomaticamente do Ocidente sobre questões como os programas nucleares norte-coreanos e iranianos em 2002, chegando a apoiar as iniciativas dos países ocidentais para negociar sua suspensão. Na área energética, também, surgiram vários projetos de colaboração entre os dois países nesta mesma época, como, por exemplo, a construção de um oleoduto privado até Murmansk para facilitar a exportação de petróleo para os Estados Unidos (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2006, p. 24).

As relações com os EUA estavam tão boas neste breve período que até a chegada de conselheiros militares americanos na Geórgia em 2002 não provocou grandes protestos da diplomacia russa. A Rússia se tornou até um “parceiro institucional privilegiado” da OTAN em maio de 2002, com a perspectiva de “participar da organização da segurança coletiva na Europa” (ECKERT, 2004, p. 19). A Rússia conseguiu, também, integrar de forma definitiva o G7, que se tornou G8, em junho de 2002, graças, segundo o comunicado oficial, “às suas notáveis transformações econômicas e democráticas” (ECKERT, 2004, p. 19).

Entretanto, Putin afirmou rapidamente sua vontade de defender exclusivamente os interesses nacionais da Rússia, que tinham sido ignorados durante os anos 1990. Essa restauração, mesmo parcial, da posição geopolítica russa supunha tomada de posições fortes frente aos EUA e à Europa em certas questões. É natural, portanto, que a “entente” americano-russa tenha durado pouco, porque “a Rússia e os EUA compartilham poucos interesses e ainda menos prioridades” (SHLEIFER & TREISMAN, 2011, p. 125). Já em 2003, na chamada “cruzada contra o eixo do Mal”, a Rússia abandonou sua solidariedade aos EUA, se recusando a apoiar a intervenção americana no Iraque. Da mesma forma, os dois países foram incapazes de levar muito adiante sua colaboração contra o terrorismo. A Rússia percebeu que o fato de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em nada impedia, na prática, o unilateralismo americano no mundo pós-Guerra Fria. Mesmo a manutenção do que na realidade se resumia a uma capacidade nuclear estratégica de reataliação, embora central como poder de dissuasão de última instância, não excluía a importância de recobrar a capacidade operacional de intervenção militar convencional e contra-insurgente das forças armadas da Rússia.

IV.2 A reafirmação geopolítica da Rússia no antigo espaço soviético: a definição de uma nova zona de segurança.

A partir da chegada de Vladimir Putin ao poder, a Rússia começou a se opor vigorosamente às tentativas permanentes de enfraquecimento de sua posição geopolítica por parte dos EUA.

Apesar dessa oposição, Putin não conseguiu impedir a entrada na UE e na OTAN da Estônia, da Letônia, da Lituânia, da Polônia, da República Tcheca, da Eslováquia, da Hungria, da Romênia e da Bulgária, todos países que pertenciam à sua área de influência durante o período soviético. Os russos, como mostram as declarações públicas de seus dirigentes, acabaram se sentindo vítimas de um cerco cada vez mais apertado tanto diretamente por parte da UE¹⁰ quanto indiretamente por parte dos EUA, como líder da OTAN.

Os dirigentes russos, na última década, decidiram concentrar seus esforços na reconquista de um domínio geopolítico sobre a área da ex-União Soviética. Eles pretendem obter que seja respeitada a “linha vermelha”¹¹ que corresponde às antigas fronteiras da União Soviética, os países Bálticos representando uma exceção a esse princípio. Para evitar o risco de dispersão de recursos e prioridades, as últimas bases militares extra-regionais, remanescentes do período soviético foram fechadas.

Mas a maior preocupação dos russos em termos de segurança provém da atuação da OTAN no ex-bloco soviético. Assim, a Rússia se opôs vigorosamente em 2007 ao projeto de escudo antimíssil que os norte-americanos queriam instalar na Europa Central (Polônia, República Tcheca), por meio da OTAN. Esse escudo antimíssil deveria supostamente proteger os membros europeus da OTAN contra a ameaça iraniana. Os EUA continuam afirmando que o Irã estaria desenvolvendo um programa nuclear avançado incluindo lançadores de mísseis de longo alcance, o que representaria um risco global (BRAUN, 2009).

O presidente Putin não foi convencido por esses argumentos e afirmou que isso constituía uma verdadeira provocação, intolerável para a Rússia. Ele “disse que a política americana na Europa, e especificamente as suas propostas sobre instalação de mísseis, é semelhante à da crise dos mísseis de Cuba. ‘Está a ser montada uma ameaça nas nossas fronteiras’. Tendo feito a analogia, disse que não havia agora uma crise semelhante, devido à mudança de relações da Rússia com a União Europeia e os Estados Unidos” (WALLERSTEIN, 2007).

Putin declarou em 2008 que instalaria no enclave de Kaliningrado, no meio do território polonês, uma série de estações móveis de mísseis. A chegada de Barack Obama à presidência dos EUA pareceu assinalar uma mudança na posição americana sobre esta questão. Em setembro de 2009, Barack Obama anunciou que os EUA renunciavam parcialmente a seu projeto de escudo antimíssil na Europa, abandonando a instalação de radares na República Tcheca e de mísseis interceptadores na Polônia. O dispositivo seria, então, limitado à presença de mísseis

¹⁰ A União Européia não possuía fronteira com a Rússia até 1995. Atualmente compartilha com a Rússia mais de 2,2 mil quilômetros de fronteira.

¹¹ A expressão « linha vermelha » foi cunhada por Primakov em 1998 (CRAIG, 2010, p. 14).

interceptadores em navios militares patrulhando nas águas auropéias. Mesmo assim, a Rússia conseguiu o apoio ativo da China a partir de 2010 para obrigar os norte-americanos a abandonarem totalmente seus planos, objetivo que não foi atingido¹².

Da mesma forma, a Rússia pressionou os países vizinhos da ex-URSS que tinham aceitado receber bases militares americanas no seu território para eles não renovarem as concessões dessas bases¹³.

IV.3 As “revoluções coloridas” e a influência ocidental.

As chamadas “revoluções coloridas” são o nome dado coletivamente a uma série de movimentos que se desenvolveram em certos países do ex-espaco soviético. O primeiro episódio significativo foi a Revolução das Rosas na Geórgia em 2003, desencadeada pela eleição contestada de Edouard Chevardnazé, ex-ministro das relações exteriores de Gorbachev e presidente do país após sua independência. As manifestações populares levaram à queda de Chevardnazé e à sua substituição por Mikheil Saakachvili. Na Ucrânia, a Revolução Laranja de 2004 levou à saída do presidente pró-Rússia recentemente eleito, e já contestado, Viktor Yanukovytych, substituído por Viktor Yushchenko. O mesmo fenômeno aconteceu no Quirguizistão em 2005. Essas “revoluções coloridas” apresentam todas o mesmo padrão. Elas foram incentivadas pelos EUA, que apoiaram até financeiramente os movimentos de oposição que, tinham como objetivo derrubar governos julgados pró-russos. Os EUA vêm nessas revoluções uma forma de desestabilizar a influência russa nesses ex-países soviéticos, para poder facilitar sua integração na OTAN no futuro.

Mas a Rússia está, também, usando instrumentos econômicos e culturais para lutar contra a influência ocidental no ex-espaco soviético. Uma série de acordos culturais foram assinados entre a Rússia e membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) para subvencionar o ensino do Russo no sistema educativo desses países. Uma união aduaneira foi, também, proposta pela Rússia a Belarus e ao Cazaquistão (CRANE; OLIKER; SCHWARTZ & YUSUPOV, 2009, p.88)

IV.4 As boas relações entre a Rússia e a China

Houve, “ao longo dos anos 1990, [...] um estreitamento das relações políticas e econômicas entre China e Rússia” (LEÃO; MARTINS & NOZAKI, 2011, p. 214). Mas, foi nos anos 2000 que a Rússia resolveu desenvolver uma parceria estratégica com a China. A Rússia considera que a China pode ajudá-la na sua resistência às ambições geopolíticas dos EUA tanto na Europa Oriental, quanto

¹² No início de 2012, Barack Obama anunciou que uma versão inicial do escudo utilizando radares instalados na Turquia e mísseis interceptadores embarcados a bordo de cruzadores anti-aéreos do tipo AEGIS patrulhando o mar mediterrâneo já estava se tornando operacional.

¹³ Foi o caso do Uzbequistão, em 2005, e do Quirguistão, em 2009.

no Cáucaso ou na Ásia Central. A Organização da Cooperação de Xangai (*Shanghai Cooperation Organization* – SCO) foi criada em 2001 para estabelecer uma aliança entre a Rússia e a China em termos militares e de combate ao terrorismo, ao fundamentalismo religioso e ao separatismo na região da Ásia¹⁴. Como observa Fiori (2008, p. 51), a SCO é “uma organização de cooperação política e militar que se propõe explicitamente ser um contrapeso aos EUA e às forças militares da OTAN”. Putin resolveu as últimas disputas territoriais com a China em 2004, tornando segura sua fronteira oriental. Já mencionamos neste texto que a China se opôs vigorosamente ao escudo antimíssil da OTAN, ao lado da Rússia. Além disso, a Rússia e a China compartilham visões parecidas sobre questões como o terrorismo, a soberania nacional, o tratamento reservado aos separatistas¹⁵ ou a situação da Coreia do Norte. Os dois países defendem, em geral, posições convergentes na ONU e nos demais fóruns internacionais, como, por exemplo, o G20.

A parceria entre a China e a Rússia existe, também, no setor do armamento. “Ao longo dos anos 1990, as vendas de armas para a China foram essenciais para a sobrevivência do complexo militar-industrial russo” (LO, 2008, p.80). A Rússia continuou sendo o maior fornecedor de armas modernas da China nos anos 2000 e houve mais recentemente transferência de tecnologia militar russa para a produção de novas armas chinesas (LEÃO; MARTINS & NOZAKI, 2011, p. 220).

No que diz respeito à questão energética, as relações entre a China e a Rússia são mais ambíguas. A China é um grande importador de hidrocarbonetos russos. Mas, ao mesmo tempo, a China se preocupa com sua segurança energética e não quer depender da Rússia para seu abastecimento em gás e petróleo. A China não quer ser “refém” dos dutos majoritariamente controlados pela Rússia na Ásia Central. Assim, a China está assinando contratos com países do Oriente Médio, da África e da América Latina para garantir fontes variadas de abastecimento em petróleo nos próximos anos. A China está, também, tentando disputar a hegemonia da Rússia sobre os dutos da Ásia Central. Os Chineses já conseguiram construir dutos para se abastecer diretamente de gás e petróleo na região¹⁶. Mas, a posição da Rússia na Ásia Central é forte. Além disso, os chineses permanecem grandes clientes de hidrocarbonetos russos. Enfim, a parceria estratégica entre China e Rússia é tão fundamental para os dois países que as tensões acerca da questão energética, ou outras divergências de interesses, naturais entre duas potências, por mais importantes que sejam, não foram capazes de ameaçar a colaboração entre os dois países no que diz respeito à tentativa de limitar o poder dos EUA.

¹⁴ A SCO integra, também, como membros permanentes Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão e conta como países observadores Mongólia, Índia, Irã e Paquistão.

¹⁵ A Rússia apóia a China na questão do Tibete, enquanto os Chineses não se juntam às críticas ocidentais sobre o tratamento reservado à Chechênia.

¹⁶ O gasoduto Ásia Central – China, inaugurado em 2009, transporta o gás do Turcomenistão para o território chinês. Ele atravessa, também, o Uzbequistão e o Cazaquistão.

IV.5 A reconstituição parcial do potencial militar.

Os dirigentes russos, na década de 2000, voltaram a dar prioridade à questão das forças armadas, visando reverter a acelerada decadência do potencial militar do país durante os anos 1990. O objetivo dessa reconstituição parcial do poder militar russo é dar uma base material mais forte à estratégia de afirmação diplomática e geopolítica da Rússia frente às tentativas permanentes de enfraquecimento do país por parte dos EUA e de seus aliados europeus¹⁷.

A proteção e o desenvolvimento do complexo militar-industrial, no centro da estratégia de potência da URSS, voltou a ser um elemento prioritário na política russa de desafio às pretensões norte-americanas. Como indica Medeiros (2011, p. 31), “os principais esforços russos de modernização tecnológica têm sido catalisados para as indústrias relacionadas com o complexo industrial-militar por meio das holdings estatais”.

Em 2000, pela primeira vez desde 1992, a Federação Russa aumentou seu orçamento de defesa. Em 2003, foram entregues à Força Aérea russa os primeiros caças novos desde 1992, assim como helicópteros de ataque em 2004. Em 2006, começou, também, o fornecimento à Força Aérea do Sukhoi 34, novo avião voltado ao ataque de longa distância¹⁸. Num artigo publicado em fevereiro de 2012, Vladimir Putin anunciou que a Rússia ia gastar 580 bilhões de euros em armamento nos próximos dez anos para modernizar seu exército (PFLIMLIN, 2012).

Além disso, a Rússia é hoje um grande fornecedor de armas para os países que querem manter sua independência em relação aos Estados Unidos, como a Índia. Da mesma forma, as nações que sofrem de embargo sobre armas por parte dos EUA como a China, a Venezuela ou o Irã fazem compras militares com a Rússia¹⁹.

Finalmente, a Rússia continua sendo a grande potência nuclear mundial ao lado dos EUA. Os dois países ainda controlam cerca de 90% das armas nucleares mundiais e decidem o tamanho de seu arsenal nuclear respectivo através de tratados bilaterais de desarmamento.

IV.6 A intervenção na Georgia.

A demonstração mais clara da reafirmação geopolítica russa em relação à OTAN e seus membros foi a guerra russo-georgiana em agosto de 2008, também conhecida como a Segunda

¹⁷ Vladimir Putin, num discurso pronunciado em 10 de maio de 2006, definiu muito claramente a nova posição da Rússia: “Devemos estar prontos a contrariar qualquer tentativa de pressionar a Rússia quando posições são reforçadas às nossas custas (...) Quanto mais forte for nosso exército, menos tentativas haverá para exercer pressões sobre nós” (MARCHAND, 2007, p. 9).

¹⁸ É interessante observar que o desenvolvimento de um avião como o Sukhoi 34 mostra que existe por parte dos Russos a percepção de uma ameaça clara para suas fronteiras.

¹⁹ A China e o Irã são, ambos, objeto de um embargo sobre armas por parte da UE.

Guerra da Ossétia do Sul. A tensão entre a Rússia e a Geórgia sobre a questão da Abcásia e da Ossétia do Sul existe desde o esfacelamento da URSS. O status dessas duas províncias de maioria russófona é muito ambíguo. Elas foram integradas à Geórgia quando acabou a União Soviética, mas declararam unilateralmente sua independência em 1992. A Geórgia entrou imediatamente em conflito com as tropas separatistas da Abcásia e da Ossétia do Sul. Os frágeis acordos finalmente assinados entre a Geórgia e os separatistas das duas províncias não resolveram a situação. A Geórgia, apoiada pelos EUA e pela UE continuou reivindicando sua plena soberania sobre esses dois territórios e resolveu invadir a Ossétia do Sul em agosto de 2008. O presidente georgiano Saakashvili possivelmente pensava em aproveitar o fato que seu país, aliado dos EUA e da UE, estava envolvido no processo de adesão tanto à OTAN quanto à UE, num prazo mais longo. Os dirigentes georgianos achavam que o novo status de seu país iria protegê-lo de uma intervenção da Rússia no conflito²⁰.

Entretanto, isso não impediu a Rússia de declarar guerra à Geórgia e de derrotar o Exército georgiano em alguns dias, aniquilando boa parte de sua capacidade militar. Os Estados Unidos e os países europeus marcaram sua desaprovação em relação à intervenção russa, mas não se envolveram diretamente no conflito. O Ocidente, todavia, não reconheceu a independência da Abcásia e da Ossétia do Sul, ao contrário da Rússia.

A guerra russo-georgiana marcou sem dúvida o “ponto mais baixo das relações russo-americanas do pós-Guerra Fria” (MANKOFF, 2009, p. 104). Ela correspondeu ao primeiro fracasso claro da estratégia de enfraquecimento da posição geopolítica da Rússia que os EUA tinham adotado depois do fim da guerra fria. Outra grande lição da intervenção russa na Geórgia foi que o Cáucaso tinha voltado a ser uma zona de controle russo. A Segunda Guerra Russo-georgiana foi para a Rússia, principalmente uma forma de conter o processo de alargamento da OTAN no Cáucaso²¹.

É importante sublinhar que o Cáucaso é um corredor essencial para o transporte do petróleo do Mar Cáspio, assim como do gás da Ásia Central. Os EUA consideram que a Geórgia é uma peça essencial no Cáucaso para lutar contra a hegemonia russa no transporte do gás para a Europa. O traçado de Nabucco, grande projeto de gasoduto promovido pelos EUA que detalharemos mais à frente, passa assim pelo território georgiano.

²⁰ Nos anos imediatamente anteriores à invasão da Ossétia do Sul, em 2008, a Geórgia recebeu assessores militares e ajuda externa para comprar armas americanas, assim como importou com recursos próprios grande quantidade de armamento americano. Durante o conflito com a Rússia, tropas da Geórgia que estavam no Afeganistão apoiando as tropas americanas foram transportadas de volta às pressas em aviões da força aérea americana (Treisman, 2010).

²¹ Essa análise é confirmada por um discurso pronunciado pelo presidente Medvedev em 2011, no qual ele afirma o seguinte: “se tivéssemos hesitado em 2008, haveria hoje uma outra situação geopolítica [no Cáucaso], e muitos países, que alguns tentavam levar artificialmente a entrar na OTAN, já seriam membros desta aliança” (RIA NOVOSTI, 2011).

IV.7 A abertura do mercado interno russo: as críticas ocidentais ao “protecionismo” russo.

A questão da falta de abertura de certos setores da economia russa às empresas ocidentais é outra fonte de tensões entre a UE, a Rússia e os EUA (BORDATCHEV, 2010, p. 7). Os EUA e a UE pressionam a Rússia para abandonar o protecionismo que o país praticaria em setores como a indústria automobilística, de máquinas e equipamentos, de bens de consumo ou a agricultura (MATELLY, 2007). O demorado processo de adesão da Rússia à OMC, que começou em 1993²² e só foi concluído em dezembro de 2011, mostra a reticência de muitos países ocidentais em aceitar as práticas russas. O uso de argumentos por parte dos países ocidentais como as deficiências nas políticas fito-sanitárias foi, também, visto pelos dirigentes russos como uma tentativa de barrar a qualquer custo a entrada do país na OMC. Vale a pena lembrar, também, que a parte mais importante da pauta exportadora da Rússia sendo composta de gás, com suas especificidades, e de petróleo, que se negocia no mercado internacional, a adesão à OMC não constituía, para a Rússia, uma prioridade absoluta. Enfim, o presidente Medvedev, logo após a assinatura do protocolo de adesão da Rússia à OMC, afirmou que isso não impediria seu país de continuar praticando políticas de preservação de setores estratégicos da economia, deixando clara a grande mudança de postura em relação à Rússia dos anos 1990 (ITAR-TASS, 2011).

IV.8 A afirmação russa na geopolítica da energia.

O forte antagonismo entre norte-americanos e russos se deu, também, na área energética, vital na nova política estratégica da Rússia. Desde que Vladimir Putin chegou ao poder, o Estado russo voltou a controlar o setor energético e, em particular, o gasífero. Frente aos EUA, o Estado russo segue, desde então, uma estratégia consistente de afirmação geopolítica através do gás e, numa medida bem menor, do petróleo, que concentram boa parte dos investimentos do país. Além de ser o segundo maior exportador mundial de petróleo²³, a Rússia lidera as exportações de gás. Como nos tempos da Guerra Fria, os EUA estão tentando lutar contra essa geopolítica do gás estabelecida pela Rússia na Europa e na Ásia Central. Os EUA incentivam a criação de novos gasodutos, como o *Nabucco* no “corredor caucasiano”, que não seriam controlados pelos russos. Os americanos apóiam essa tentativa e promovem uma *multi pipeline diplomacy* no intuito de diversificar as rotas de exportações para que elas não atravessem países cujos regimes são considerados hostis, como o Irã, ou pelo menos relutantes à sua influência, como a Rússia (GOMART, 2008). A Ásia Central contém grandes reservas de gás, concentradas no Azerbaijão, no

²² Nesta época era o antigo GATT.

²³ A Rússia é o maior produtor de petróleo mundial.

Uzbequistão e no Turcomenistão. Por enquanto, não existe gasoduto proveniente desta zona que possa abastecer o mercado europeu sem a mediação da Rússia. O projeto Nabucco seria justamente encarregado de preencher essa lacuna.

A Rússia desenvolveu também uma política ativa de diversificação das rotas de dutos para diminuir a capacidade dos EUA de poder atrapalhar sua geopolítica da energia. Essa política tinha começado de forma tímida antes da chegada de Putin ao poder, pela assinatura de um acordo com Varsóvia em 1995, que previa a construção de Yamal 1, um gasoduto capaz de assumir o transporte de 20% do total das exportações russas na direção da Polônia e possivelmente da Alemanha, passando por Belarus, mas não pela Ucrânia (MARCHAND, 2007, p. 56). A construção do Blue Stream, gasoduto atravessando o Mar Negro para ligar a Rússia e a Turquia também se inscreve nesta política de diversificação. Outra grande realização russa foi o gasoduto Nord Stream, passando pelo Mar Báltico, que liga a Rússia (campos da Sibéria) e a Alemanha. Nord Stream evita, assim, de passar pelos Países Bálticos e pela Polônia, aliados incondicionais dos EUA. Outro projeto muito ambicioso da Rússia na sua tentativa de diversificação das “rotas gasíferas” é *South Stream*, que ligaria os recursos do Mar Cáspio e potencialmente da Sibéria à Europa do Sul e do Leste, passando pela Bulgária, pela Sérvia, pela Hungria, pela Áustria e pela Itália²⁴.

Apesar de ser eficaz no curto prazo, a estratégia russa é muito arriscada. Uma vez que cria uma interdependência muito forte entre a Rússia e seus principais clientes europeus. Se a Europa conseguir outra fonte de abastecimento, com o apoio dos EUA, isso arruinaria a posição russa. Embora a passagem em grande escala para energias alternativas ao petróleo e ao gás na Europa não deva ocorrer a não ser num futuro muito distante²⁵ duas outras possibilidades são particularmente preocupantes do ponto de vista russo. A primeira seria o surgimento fora da Rússia de tecnologias que permitam um grande barateamento do gás natural liquefeito (GNL), que pode ser transportado por navios e reduziria drasticamente o papel estratégico e econômico dos gasodutos. A outra, ainda mais preocupante, seria o desenvolvimento acelerado de técnicas de recuperação de gás capturado em rochas de xisto, que abriria a possibilidade da Europa se tornar autosuficiente em gás natural. Conscientes destes problemas, os russos tentam diversificar seus mercados, na Ásia principalmente, e a GAZPROM tem investido bastante em desenvolver ela própria tecnologias para tornar mais eficiente o transporte de GNL.

V. Reações à nova postura geopolítica da Rússia e perspectivas

²⁴ Esse projeto, está previsto para ser realizado em 2015, mas, não existe nenhuma certeza que South Stream seja realmente construído.

²⁵ O ex-ministro Delfim Netto sempre dizia “o melhor substituto do petróleo é o petróleo”. O mesmo poderia ser dito sobre o gás natural.

V.1 As reações americanas à estratégia de afirmação geopolítica da Rússia

Os EUA, principalmente depois de 2003, marcaram sua forte desaprovação em relação à nova inserção geopolítica da Rússia nos anos 2000. O *Council on Foreign Relations*, influente *Think tank* que publica a revista *Foreign Affairs* e representa o *establishment* norte-americano, difundiu em 2006 um relatório cujo título é “A direção errada da Rússia”, no qual denuncia em termos duros o “sistema político autoritário emergente” desde a chegada de Putin ao poder (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2006, p. 70).

Os dirigentes americanos desenvolveram ao longo da década de 2000 uma retórica de denúncia da suposta barbaridade russa na segunda guerra da Chechênia, com o intuito de enfraquecer a posição da Rússia no Cáucaso. Da mesma forma, a intervenção russa no conflito da Ossétia do Sul foi qualificada de imperialista, o que aparece bastante irônico quando for observado a relação entre os EUA e as forças armadas da Geórgia e o comportamento dos EUA em termos de intervenções militares durante a última década (TSYGANKOV, 2009, p. 77).

V.2 Obama e Medvedev: tentativas para melhorar as relações entre Rússia e Estados Unidos

Desde a chegada de Barack Obama à presidência em 2009, a relação entre os EUA e a Rússia tendeu a melhorar. O novo governo americano entendeu que era muito arriscado continuar tendo uma atitude hostil com a Rússia, principalmente depois da intervenção russa na Geórgia. Obama privilegiou a adoção de uma estratégia de distensão, ao menos a nível da retórica, em forte contraste com a confrontação aberta da administração Bush depois de 2003. O vice-presidente americano Joe Biden, num discurso pronunciado durante a Conferência sobre a Segurança de Munique em fevereiro de 2009, afirmou assim que tinha chegado “a hora de apertar o botão reset” para reconstruir boas relações entre os EUA e a Rússia (ALCARO & ALESSANDRI, 2009).

Os EUA interromperam vários programas de política externa particularmente sensíveis para os russos. Assim, o processo de alargamento da OTAN em países da ex-União Soviética foi, por enquanto, congelado, na medida em que as candidaturas tanto da Geórgia quanto da Ucrânia foram rejeitadas, por enquanto.

Os dois pilares da nova estratégia de aproximação entre os EUA e a Rússia foram a cooperação nas questões do Afeganistão e do desarmamento, de interesse comum para os dois países. Quanto ao Afeganistão, russos e americanos concordam sobre o efeito desestabilizador que pode ter a deterioração na situação desse país sobre toda a região. Além disso, EUA e Rússia compartilham o mesmo interesse em impedir que o Afeganistão aumente ainda mais seu papel de base para o tráfico de drogas e ponto de apoio ao terrorismo fundamentalista islâmico a nível internacional. Obama e Medvedev assinaram em julho de 2009 um acordo de colaboração para

estabilizar o Afeganistão. Um dos principais elementos deste acordo é a criação de corredores aéreos permitindo aos EUA transportar soldados e equipamentos militares através do território russo para apoiar as operações militares no Afeganistão (KUCHINS, 2011).

Em relação ao desarmamento, a assinatura do Novo Tratado START, em abril de 2010 foi mais uma demonstração dos progressos das relações bilaterais entre Rússia e EUA (BORDATCHEV, 2010).

Mas, numerosas divergências permanecem entre os EUA e a Rússia, como nas questões do escudo antimíssil, do Irã ou da suposta “promoção da democracia”. O projeto de escudo antimíssil, que previa que fossem instalados radares na República Tcheca e interceptadores de mísseis na Polônia, foi abandonado sob sua forma originária. Esse abandono parcial do projeto por parte dos EUA em 2009 foi interpretado como mais um elemento da estratégia de “détente” da administração Obama. Propostas formais foram feitas para a Rússia se associar ao sistema europeu de defesa promovido pela OTAN. Mas as negociações entre EUA e OTAN, de um lado, e Rússia, do outro, não levaram a nenhum acordo. Os EUA reiteraram, no final de 2011, seu desejo de ver o escudo antimíssil ser concretizado. Assim, o embaixador americano junto à OTAN, Ivo Daalder, afirmou que “o governo Obama pretende completar o escudo antimísseis destinado a proteger aliados europeus contra o Irã, goste a Rússia ou não” (WOLF, 2011)²⁶.

Na questão iraniana, também, existem fortes ambiguidades nas relações entre os EUA e a Rússia. A Rússia só apóia de forma parcial as sanções internacionais contra o regime de Teerã. Os russos estão tentando preservar sua posição de interlocutor entre o Irã e o resto do mundo, sendo um dos poucos países a manter laços econômicos fortes com o país, junto com a China. A Rússia desenvolveu desde 1995 uma parceria estratégica com o Irã para a construção de reatores nucleares civis, provocando reações muito negativas por parte dos membros da OTAN. Mas, vale lembrar que, mesmo neste caso, a posição da Rússia é muito moderada, na medida em que ela está atrasando a entrega definitiva da central nuclear iraniana de Bushehr há vários anos, como parte de uma estratégia para impedir o Irã de desenvolver um programa nuclear militar. Da mesma forma, os russos ainda não entregaram os mísseis anti-aéreos S300 encomendados pelo Irã em 2007. Essa atitude se justifica porque, do ponto de vista geopolítico, a Rússia não quer ter uma nova potência

²⁶ É importante notar que os EUA ainda estão muito longe de ter a capacidade tecnológica de montar um escudo de tal natureza com um mínimo de eficácia. No entanto desde o projeto Star Wars no governo Ronald Reagan este é um projeto muito importante para o complexo industrial militar americano, além de tratar-se de uma excelente arma diplomática, já que os EUA podem tratar como uma grande concessão e exigir alguma contrapartida tanto de aliados quanto da Rússia meramente ao anunciar que vão instalar ou vão adiar ou cancelar a instalação do escudo contra mísseis balísticos de longo alcance que, a rigor, simplesmente não existe. Resta saber se o atual governo Russo acredita nestes equipamentos que ainda não existem ou simplesmente se opõe à instalação dos sistemas existentes anti mísseis e antiaéreos que são perfeitamente capazes de interceptar diversos tipos de aviões e mísseis russos táticos de menor alcance.

nuclear na sua fronteira. Mas, de outro lado, é essencial para a Rússia, como para a China, impedir que os EUA e seus aliados ocidentais exerçam qualquer tipo de influência sobre o Irã, país chave entre a Ásia e o Oriente Médio (LESVESQUE, 2010). Economicamente, isso significaria, também, que os EUA poderiam desenvolver uma infraestrutura de integração entre a região do Mar Cáspio e zonas controladas pelo ocidente, o maior temor dos russos sendo a construção de gasodutos e oleodutos que levariam diretamente para os mercados ocidentais a produção centro-asiática sem passar pelo controle russo.

A questão do escudo antimíssil da OTAN na Europa permanece uma grande fonte de discordia entre os EUA e a Rússia. Os EUA, em vez de abandonarem totalmente seu projeto, como pede a Rússia, associam cada vez mais países europeus a ele. A Rússia propôs a ideia de uma cooperação com a OTAN para a criação de um escudo antimíssil europeu, mas, essa opção foi descartada pelos EUA e a OTAN, que preferem dois sistemas de defesa “independentes, mas, coordenados”. A Rússia, através o presidente Medvedev, pediu em 2011 garantias legais aos EUA para que os mísseis não sejam, pelo menos, apontados para o território russo, exigência descartada por Barack Obama. A Rússia percebe, então, essa ampliação do escudo antimíssil da OTAN como uma limitação do seu potencial estratégico e uma ameaça para sua própria segurança²⁷.

A atitude russa durante a recente guerra civil na Líbia forneceu outro exemplo do relativo não-alinhamento russo em relação às posições européias e americanas. Embora a Rússia não tenha vetado a resolução inicial de intervenção no Conselho de Segurança da ONU, provavelmente devido à forte impopularidade do coronel Muammar al-Gaddafi na maioria dos demais países árabes, neste período recente de revoltas populares em toda região, a Rússia contestou a forma e intensidade da intervenção americano-européia e esperou a saída de Gaddafi de Trípoli para reconhecer o Conselho Nacional Líbio. O posterior veto russo às sanções propostas pelos EUA contra a Síria também ilustra estas tensões.

Finalmente, a onda de contestação que seguiu as eleições para o Parlamento russo de dezembro de 2011, foi muito superdimensionada pela mídia internacional controlada pelos EUA, que teve grande dificuldade em explicar o porquê da vitória com grande maioria de Putin no primeiro turno das eleições presidenciais de 2012. A cobertura internacional altamente viesada da oposição a Putin foi mais uma oportunidade de ver a volta das tensões entre a Rússia e os

²⁷ Vladimir Putin afirma assim em fevereiro de 2012 que “não existe hoje ameaça oriunda do Irã ou da Coreia do Norte. Atualmente, a defesa antimíssil americana na Europa tem certamente como objetivo de neutralizar o potencial nuclear russo” (RIA NOVOSTI, 2012).

EUA. Vários dirigentes russos e até o próprio Putin afirmaram que os protestos faziam parte de uma estratégia desestabilizadora dos EUA contra o atual regime russo²⁸.

V.3 Observações Finais

Como vimos neste trabalho, a despeito da retórica de propaganda ocidental e também da retórica nacionalista do governo russo, a posição geopolítica russa é de grande vulnerabilidade. A expansão da OTAN, da UE, o apoio aberto dos EUA às “revoluções coloridas”, inclusive tentando fomentar uma ou várias destas dentro do território da Rússia, assim como a tentativa de enfraquecer o poder econômico e geopolítico dos gasodutos russos tardiamente nos anos 2000 finalmente levou o governo russo a adotar uma política de tentar colocar limites ao projeto americano para a Rússia no âmbito de sua estratégia geopolítica global de enfraquecimento de potências regionais e controle do acesso a reservas estratégicas de recursos energéticos mundiais. O chamado “reset” das relações entre a Rússia e os EUA não significa o abandono dos objetivos gerais americanos e sim a percepção de que a Rússia aprendeu a dizer não e que é necessário defender os interesses americanos de forma menos agressiva e tentar utilizar mais o *soft power* americano.

Como é altamente improvável que haja uma mudança na estratégia geopolítica global dos EUA num futuro próximo, a Rússia deve, também, até pela vitória de Putin na eleição de 2012, continuar praticando nos próximos anos sua estratégia de afirmação de uma política externa independente em relação aos objetivos dos Estados Unidos, da OTAN e da União Europeia, ao mesmo tempo em que sua economia se integra cada vez mais com seus parceiros na Europa ocidental.

Referências bibliográficas:

- ALCARO, R. & ALESSANDRI, E. **Re-setting US-EU-Russia Relations. Moving beyond Rhetoric.** Roma : Istituto Affari Internazionali, 2009.
- BORDATCHEV, T. **Géorgie, Obama, Crise Économique : quels Impacts sur la Relation Russie-UE ?** Paris : IFRI, Centre Russie/NEI, 2010.
- BRAUN, A. **L’OTAN et la Russie : perceptions des menaces après la Géorgie.** Paris : IFRI, Centre Russie/NEI, 2009.
- BRZEZINSKI, Z. **The Grand Chessboard. American Primacy and its Geostrategic Imperatives.** New York : Basic Books, 1997.
- CARRERE D’ENCAUSSE, H. **La Russie entre Deux Mondes.** Paris : Fayard, 2010.
- COHEN, S. The Eurasian Convergence Zone : Gateway or Shatterbelt? **Eurasian Geography and Economics**, n°1, 2005.

²⁸ Mesmo analistas pró-americanos insuspeitos como SHLEIFER & TREISMAN (2011) chamam atenção para o exagero sistemático e deliberado, que consideram diplomaticamente contraproducente do ponto de vista do objetivo supostamente liberal da política externa americana, que eles não questionam, das críticas ao autoritarismo da política interna na Rússia pelos EUA. TREISMAN (2011) menciona o exemplo das ONGs pró-americanas como a Freedom House que fazem alegações absurdas como a de que o grau atual de liberdade de imprensa na Rússia seria igual ao do Iemen, onde há uma ditadura e a lei islâmica é vigente.

COMMISSÃO EUROPÉIA **Russia. Main Economics Indicators.** Bruxelas : Comissão Europeia, 2011. Disponível em : <http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/countries/russia/>

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS **Russia's Wrong Direction: what the United States Can and Should Do.** New York: Council on Foreign Relations, Independent Task Force Report N°57, 2006.

CRAIG NATION, R. **Redémarrage des Relations Russo-américaines : Premiers résultats.** Paris : IFRI Centre Russie/NEI, 2010.

CRANE, K.; OLIKER, O.; SCHWARTZ, L.H. & YUSUPOV, C. **Russian Foreign Policy. Sources and Implications.** Arlington: Rand Corporation, 2009.

DAFFLON, D. **L'Avenir de Kaliningrad dans la Nouvelle Europe : Isolement ou Intégration ?** Genève : Institut Européen de l'Université de Genève, 2004. Disponível em : <http://www.unige.ch/ieug/publications/euryopa/DAFFLON.pdf>

DAUCE, F. **L'État, l'Armée et le Citoyen en Russie Post-Soviétique.** Paris : L'Harmattan, 2001.

DOCUMENTATION FRANÇAISE **Le Désarmement. Des Accords Bilatéraux.** Paris : La Documentation Française, 2011.

ECKERT, D. **Le Monde Russe.** Paris : Hachette, 2004.

FACON, I. La Politique Extérieure de la Russie de Poutine. In : **Annuaire Français de Relations Internationales.** Bruxelles : Bruylant, 2003.

FAWN, R. **Realignments in Russian Foreign Policy.** London: Franck Cass Publishers, 2003.

FEDERAL STATE STATISTICAL SERVICE **Russia in figures.** Moscou : Federal State Statistical Service – Russian Federation, 2012. Disponível em : <http://www.gks.ru/wps/wcm/connect/rosstat/rosstatsite.eng/figures/population/>

FIORI, J.L. O poder dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J.L. (Org.) **O poder americano.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. Prefácio. In: FIORI, J.L. O poder global. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007a.

_____. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. Rio de Janeiro : **OIKOS**, n° 8, ano VI, 2007b.

_____. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C.A. & SERRANO, F. **O Mito do Colapso do Poder Americano.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

GOLDMAN, M. I. **Putin, Power and the new Russia. Petrostate.** New York: Oxford University Press, 2008.

GOMART, T. L'Europe marginalisée. Paris : **Politique Internationale**, n°118, 2008.

HOSSEIN-ZADEH, I. **The Political Economy of U.S. Militarism.** New York: Palgrave Macmillan, 2007.

ITAR-TASS **Putin says protective measures for agricultural equipment producers possible.** Moscou: ITAR-TASS, 21 de dezembro, 2011.

KILE, S.N. Nuclear arms control and non-proliferation. In: SIPRI **Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) yearbook. Armaments, Disarmament and International Security.** Stockholm: SIPRI, 2011.

KUCHINS, A. Putin's Return and Washington's Reset With Russia. New York: **Foreign Affairs**, Vol. 90, 2011.

LACOSTE, Y. La Russie, 10 ans après. Paris : **Herodote**, n°104, 2002.

LEÃO, R.P.F.; MARTINS, A.R.A. & NOZAKI, W.V. A ascensão chinesa e a nova geopolítica e geoeconomia das relações sino-russas. In: ACIOLY, L. ;LEÃO, R.P.F. & PINTO, E.C. (Org.) **China na nova configuração global : impactos políticos e econômicos.** Brasília: Ipea, 2011.

LEMONIER, K. La Flotte Russe de Mer Noire à Sebastopol : une « Forteresse Impériale » au Sud ? Paris : **Herodote**, n°138, 2010.

LEVESQUE, J. Valse confuse entre Moscou et Téhéran . Paris : **Le Monde Diplomatique**, julho, 2010.

LO, B. **Russian Foreign Policy in the Post-Soviet Era. Reality, Illusion and Mythmaking**. New York: Palgrave MacMillan, 2002.

LO, B. **Axis of Convenience. Moscow, Beijing and the new geopolitics**. London: Chatham House & Washington: Brookings Institution Press, 2008.

MANKOFF, J. **Russian Foreign Policy: the Return of Great Power Politics**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.

_____. **Géopolitique de la Russie**. Paris : Ellipses, 2008.

MATELLY, S. Un Nouvel Aplomb sur la Scène Internationale ? La Russie et l'OMC : un Intérêt Réciproque mais des Enjeux Contradictaires. Paris : **Revue internationale et stratégique**, n°68, 2007.

MEDEIROS, C.A. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. *In*: FIORI, J.L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. Desenvolvimento Econômico e Ascensão Nacional: Rupturas e Transições na Rússia e na China. *In*: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C.A. & SERRANO, F. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. A Economia Política da Transição na Rússia. *In*: ALVES, A. G. M. P. (Org.). **Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia**. Brasília: Ipea, 2011.

PFLIMLIN, E. Dépenses militaires : les pays émergents relancent la course aux armements. Paris : **Le Monde**, 23 de fevereiro, 2012.

POMERANZ, L. Rússia: a Estratégia Recente de Desenvolvimento Econômico-Social. *In*: ACIOLY, L.; CARDOSO, J.R.; MATJASCIC M. **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: Estudos de Experiências Internacionais Seleccionadas**. Brasília: IPEA, 2009.

PROTASOV, V. **EU-Russia Gas Relations: a View From Both Sides**. Cleveland (Ohio): International Association for Energy Economics, 2010.

RIA NOVOSTI En Ossétie du Sud, Moscou a empêché l'élargissement de l'Otan (Medvedev). Moscou : **Ria Novosti**, 21 novembro, 2011.

RIA NOVOSTI Le bouclier antimissile américain vise la Russie, selon Poutine. Moscou : **Ria Novosti**, 3 de fevereiro, 2012.

ROUBINSKI, Y. La Russie et l'OTAN : une nouvelle étape ? Paris : **Politique Etrangère**, Vol. 62, n°4, 1997.

RUCKER, L. La Politique Etrangère Russe. Paris : **Courrier des Pays de l'Est**, n°1038, 2003.

SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. *In*: FIORI, J.L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. *In*: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C.A. & SERRANO, F. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RUTTAN, V. W. **Is War Necessary for Economic Growth?: Military Procurement and Technology Development**. New York: Oxford University Press, 2006.

SHLEIFER, A. & TREISMAN, D. Why Moscow Says No. A Question of Russian Interest, Not Psychology. New York: **Foreign Affairs**, Vol. 90, n° 1, 2011.

SCHUTTE, G. Economia de petróleo e gás: a experiência russa. *In*: ALVES, A. G. M. P. (Org.). **Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia**. Brasília: Ipea, 2011.

TREISMAN, D. **The Return: Russia's Journey from Gorbachev to Medvedev**. New York: Free Press, 2011.

TSYGANKOV, A. P. **Russophobia. Anti-Russian Lobby and American Foreign Policy**. New York: Palgrave MacMillan, 2009.

WALLERSTEIN, I. **O que quer Putin?** Binghamton: Fernand Braudel Center, Binghamton University, 2007. Disponível em: <http://www2.binghamton.edu/fbc/archive/221pr.htm>.
WOLF, J. EUA ignoram pressão russa e mantêm escudo antimísseis. São Paulo: **Folha de São Paulo**, 2 de dezembro, 2011.